

A.I. Nº - 232953.0020/04-0
AUTUADO - INTER FAMILY COMÉRCIO DE PRESENTES LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ BENTO CORREIA DE ALMEIDA
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 28.12.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0502-02/04

EMENTA: ICMS. CARTÕES DE CRÉDITO E DE DÉBITO. DIFERENÇA ENTRE OS VALORES DOS CUPONS FISCAIS EMITIDOS E OS VALORES INFORMADOS PELA OPERADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO. OMISSÃO DE OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. Refeitos os cálculos, para correção de equívoco do lançamento. Débito reduzido. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/9/04, diz respeito a lançamento de ICMS referente a omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços decorrente do não lançamento do documento fiscal nos livros próprios – diferença entre o Cupom Fiscal e o valor informado pela operadora de cartão de crédito. Imposto lançado: R\$ 4.160,69. Multa: 70%.

O contribuinte apresentou defesa alegando que o fiscal deixou de computar vendas realizadas com pagamento em cartão de crédito constantes na Redução “Z” nos meses de janeiro, abril, maio, junho, julho, setembro e dezembro do exercício considerado. Apresentou demonstrativo especificando as diferenças que diz serem as reais.

O fiscal autuante prestou informação declarando concordar que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte, conforme demonstrado pela defesa.

VOTO

O fato imputado ao sujeito passivo diz respeito à realização de saídas de mercadorias sem documentos fiscais, fato este apurado no cotejo entre os valores dos Cupons Fiscais e o montante das operações informado pela operadora de cartão de crédito.

O contribuinte defendeu-se reclamando que o fiscal deixou de computar vendas realizadas com pagamento em cartão de crédito constantes na Redução “Z” nos meses de janeiro, abril, maio, junho, julho, setembro e dezembro do exercício considerado. Apresentou demonstrativo especificando as diferenças que diz serem as reais.

Ao prestar a informação, o fiscal autuante declarou concordar que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte, conforme demonstrado pela defesa.

O demonstrativo de débito deverá ser feito com base no instrumento à fl. 20.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 232953.0020/04-0, lavrado

contra **INTER FAMILY COMÉRCIO DE PRESENTES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.201,04**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de dezembro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA